

## **ZSEE/MT - comentários da Professora Marli Deon Sette**

O governador Silval Barbosa tem pela frente uma decisão extremamente delicada: aprovar o Zoneamento Ecológico-Econômico da forma que foi apresentado no substitutivo 3 e colocar em risco a comercialização dos produtos mato-grossenses, ou assumir uma postura que inevitavelmente colocaria em debate a posição daqueles que “entendem que estão defendendo o agronegócio do nosso Estado”.

Digo que “entendem que estão defendendo o agronegócio do nosso Estado” porque, na verdade, isto pode ser um grande equívoco. Ocorre que o substitivo 3 \_ desprezando uma série de estudos técnico-científicos realizados ao longo de 20 anos, situação em que tive o prazer de fazer parte de alguns estudos, com a realização de inúmeras audiências públicas (original) e revisão minuciosa por uma equipe técnica realizada durante o governo Maggi (substitutivo 2) \_ materializou-se num documento que aumenta em 67% as áreas destinadas à "intensificação das atividades agropecuárias", diminui as áreas destinadas à criação de unidades de conservação, considera como consolidada áreas que ainda não o são, diminui a proteção das áreas de sensibilidade hídrica, admite o plantio de cana-de-açúcar e a produção sucroalcooleira" em áreas já abertas no Estado, excluindo as áreas alagáveis, que abre caminho para o plantio de cana nas terras altas do Pantanal e na Amazônia e, para agravar ainda mais, permite para fins de recomposição florestal, que o percentual de reserva legal caia de 80% para 50% em cada propriedade rural.

Entendemos que estas medidas podem se constituir em equívoco, porque não basta dar ao produtor a possibilidade de gerar produção, é necessário que demos a ele a perspectiva de que seu produto seja comercializado. Neste ponto é que o projeto pode marginalizar e vitimizar a produção mato-grossense, pois a economia internacional poderá boicotar produtos oriundos de ordenamento territorial inconsequente, que gera produção desprezada por constituir-se naquela denominada de “environmentally enemy”.

Sabemos que isto não é utopia, pois já sentimos os efeitos disso e ouve-se novamente falar na tentativa de provocar um boicote internacional, principalmente europeu, aos produtos do agronegócio, como a soja e a carne.

Temos que nos lembrar que qualquer atitude negativa em relação à questão ambiental, alcança não só nosso Estado ou nosso País, mas o mundo todo, já que não existem fronteiras para as consequências de um equívoco nesta área. Afinal, o zoneamento é o verdadeiro indicativo de como, quanto e onde se pode produzir determinado bem econômico e, se pensado de maneira equivocada, vai dar como resposta consequências não desejáveis.

É certo que mudanças podem ocorrer ao longo de 20 anos, mas qualquer mudança tem que, necessariamente, ser respaldada em estudos técnico-científicos e na perspectiva social e não simplesmente pautadas pela defesa de interesses “fechados”.

Para laquear o assunto, quero lembrar que como estudiosa e defensora da economia sustentável, estou ao lado do produtor e, por isso, quero que ele tenha a segurança de que pode não só produzir, mas também comercializar o seu produto. E, para tanto, temos que ter em mente que é normal e sadio esperarmos que cada país ofereça aquilo que de mais produtivo existe nele. É normal e sadio esperarmos que a China e o Japão ofereçam tecnologia de ponta a baixo custo – é isto que eles têm para oferecer; é normal e sadio esperarmos que a Arábia Saudita ofereça petróleo em quantidade para o mundo, esta é a sua riqueza; então perguntamos: não é normal e sadio que o mundo espere que o Brasil ofereça com qualidade uma das suas maiores riquezas, que são os bens e serviços ambientais de maneira ecologicamente correta? Afinal, temos o privilégio de viver em um país que além de suas inúmeras habilidades em gerar produção econômica é também um dos detentores das maiores reservas hídricas e de flora do mundo. Alíás, os ecossistemas do Brasil são os mais ricos do mundo e, neste contexto, Mato Grosso tem o privilégio de incluir em seu território parte de três riquíssimos biomas: Floresta Amazônica, Cerrado e Pantanal. Este é o nosso grande potencial e riqueza e, se bem trabalhado, gera economia tanto quanto ou mais do que aquilo que estamos acostumados.

O mundo espera que, no mínimo não andemos na contramão da história e que não desconsideremos os “compromissos assumidos perante a comunidade internacional, que prevêm a redução do desmatamento e a promoção da agricultura de baixas emissões de carbono”.

Assim, respaldados pelo parecer técnico da Procuradoria Geral do Estado (PGE), que é contrário ao substitutivo; por considerações como as que manifestou a professora Michèle Sato, que prevê a possibilidade de movimentos por embargos à produção mato-grossense pela economia internacional; e, por manifestações como a de Alexandre César (relator do Projeto original), que afirma que tem “imensa dificuldade de achar benefícios no substitutivo como ele foi aprovado”, por entender que a Casa Legislativa desconsiderou todo o percurso de debates públicos, não atendeu às reivindicações de ambientalistas nem da sociedade civil organizada, e afirmou que “Os parlamentares estão apenas regulamentando as coisas como estão. É a história do vale tudo. Do vamos deixar como é para ver como que fica. Isso daí não tem efetividade” é ratificarmos os termos do **“MANIFESTO DE REPÚDIO CONTRA A APROVAÇÃO SUBSTITUTIVO 3 DO ZSEE-MT”** e nos juntamos aos cerca de 30 movimentos sociais, ambientalistas ou não, para pedir o veto sensato do governador Silval Barbosa.

**MARLI DEON SETTE**

Mestra em Gestão Econômica do Meio Ambiente pela UnB, doutrinadora e professora na área ambiental.

[www.marli.ladesom.com.br](http://www.marli.ladesom.com.br)